

A TEORIA DO CAPITAL SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ESPAÇOS DE POBREZA EM GRANDES CENTROS URBANOS

Paulo Danilo Vargas Alves¹

Resumo: *Este trabalho busca verificar a possibilidade de utilização da Teoria do Capital Social como meio para auxiliar no planejamento, implementação e avaliação das ações em projetos de desenvolvimento local em espaços de pobreza em grandes centros urbanos. Estes espaços são permeados por complexos fenômenos sociais, culturais, econômicos e políticos que vão se refletir na forma de atuação das organizações que têm como objetivo realizar projetos de desenvolvimento. A pesquisa levantou informações qualitativas e quantitativas nas ONGs, Associações de Bairro e com moradores de uma comunidade de baixa renda da Cidade do Recife-PE*

Palavras-chave: Capital social; Desenvolvimento local; ONGs

INTRODUÇÃO

Diversos projetos realizados na área de desenvolvimento demonstraram que um maior crescimento econômico não é condição suficiente para o aumento do bem-estar social dos indivíduos e das comunidades beneficiadas. É necessário, ainda, que ocorra um conjunto de ações - sociais, econômicas, políticas e culturais - agregadas aos projetos, bem como a qualidade com que os mesmos serão planejados, implementados e avaliados. Isso decorre do fato de que o desenvolvimento possui grande complexidade e não pode ser reduzido a algumas variáveis econômicas, como afirma o ex-presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn: “*Sem desenvolvimento social concomitante, nunca haverá desenvolvimento econômico satisfatório*” (in RATTNER, 2002, p. 1).

Os espaços da pobreza em grandes centros urbanos são permeados por complexos fenômenos sociais, culturais, econômicos e políticos, que são decorrentes do crescimento desordenado das grandes cidades. Eles trazem à luz a necessidade de se realizar projetos onde se deve levar em conta elementos que compõem a dinâmica das relações sociais em espaços de pobreza urbanos, como por exemplo: o desenvolvimento das potencialidades humanas e as formas de cooperação e construção de redes de relacionamento entre os moradores e entre as instituições existentes nestes espaços.

DESENVOLVIMENTO LOCAL

Uma das prerrogativas da cidadania é que ela permita aos indivíduos a busca e a conquista de melhores condições de vida, que poderá advir de ações governamentais ou da mobilização coletiva dos grupos interessados, gerando desenvolvimento, entendido aqui como uma série de transformações intencionalmente introduzidas em diferentes esferas e setores de determinada sociedade.

Segundo Goulet (in Cavalcanti, 2002), desenvolvimento autêntico é aquele que abrange todas as áreas das necessidades humanas: social, política, cultural e econômica. “*Desenvolvimento autêntico significa que uma sociedade fornece o nível ótimo de sustentação*

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; E-mail: pdaniloalves@bol.com.br.

da vida, de estima e liberdade para todos os membros.” (...) (in CAVALCANTI, 2002, p. 78).

Desenvolvimento autêntico implica, pois, que a sociedade forneça o nível ótimo de sustentação da vida, de estima e liberdade para todos os membros.

Desenvolvimento local é o fenômeno pelo qual tornam-se dinâmicas potencialidades locais por meio da interação de fatores humanos, sociais, econômicos, físicos e ambientais. Local é qualquer âmbito sócio-territorial delimitado pela permanência de um campo estável de interação de agentes humanos (FRANCO, 2001, p. 6).

CAPITAL SOCIAL

Os espaços de pobreza em grandes centros urbanos são permeados de complexos fenômenos sociais; neste contexto, entra em cena a Teoria do Capital Social², cujo conhecimento é necessário para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento, através da formação de redes de confiança e de ajuda mútua.

Assim, Capital Social pode ser visto como um recurso potencial a ser utilizado, por um lado, sendo detectado e aproveitado, e, por outro, sendo construído.

Um dos pioneiros da Teoria do Capital Social é Pierre Bordieu, que afirma ser o Capital Social um agregado de relações de compromissos e reconhecimento mútuo. Bourdieu fala de Capital Social para designar um quantum social que determina a posição de um agente no interior de um campo, que se estrutura em torno da definição de “competências legítimas”. Esta colocação torna possível o acesso a certos benefícios que só são possíveis tendo como base as relações de solidariedade.

Para o Banco Mundial, Capital Social tem um significativo impacto em muitas questões relativas ao desenvolvimento porque facilita a prestação de serviços, atenua os efeitos das políticas de transição e da violência e facilita o desenvolvimento.

Para Putnam (2000, p. 186), o Capital Social está relacionado “*Às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas*”. Segundo este autor o Capital Social facilita a cooperação espontânea, o que é imprescindível em projetos de desenvolvimento local.

Para Evans (in LIMA, 2004, p. 53) a sinergia gerada pelo Capital Social pode ser utilizada para o desenvolvimento. Ele afirma que as normas de cooperação e as redes sociais existentes em uma localidade podem ser utilizadas ou então incentivadas por agências públicas e organizações da sociedade civil para fins de desenvolvimento.

Segundo estes princípios, a CEPAL, no livro “*Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*” (Atria, CEPAL 2003), afirma que o Capital Social pode ser instrumentalizado para o combate à pobreza e o fomento do desenvolvimento local urbano. Sunkel afirma que o Capital Social alimenta a capacidade das pessoas em superar suas limitações, fruto da pobreza:

El segundo punto es que el tema del capital social representa una visión positiva de la capacidad de la gente para superar las limitaciones debilitantes de la pobreza. Esta visión supone que los pobres tienen el potencial de atenuar esas desigualdades por medio de sus iniciativas personales de autoayuda (creación de redes), utilizando sus relaciones sociales para compensar su carencia de capital humano o material (enfoque de capital social) y mediante la organización colectiva (2003, p. 307).

²“Um conjunto de normas de reciprocidade, informações e confiança presentes nas redes sociais informais” (Lima, 2001, p. 46).

A POBREZA EM GRANDES CENTROS URBANOS

A Pobreza Urbana no Recife

A pobreza e, principalmente, as desigualdades sociais, constituem os principais problemas da Região Metropolitana do Recife, refletidos na paisagem dominada pelas favelas e aglomerados populacionais de baixa qualidade de vida. Tanto pelo conceito de renda quanto pelas condições de vida e acesso a equipamentos sociais básicos, a RMR apresenta um dramático quadro de pobreza. Cerca de 40,53% das famílias da metrópole são pobres, classificadas por contarem com uma renda per capita inferior a meio salário mínimo. (METRÓPOLE ESTRATÉGICA, 2002, p. 15).

A Cidade do Recife, cuja área equivale a 220 km², tem uma população de 1.422.905 habitantes (IBGE, 2000), que vivem praticamente (99%) nas zonas urbanas do município, possuindo cerca de 35,38% de miseráveis.

A pobreza urbana possui características específicas e multicausais, e por isto é bastante complexa. Sendo assim, para se melhorar a qualidade de vida das pessoas em nível local no contexto dos grandes centros urbanos, os projetos de desenvolvimento precisam conhecer e abranger todas as áreas das necessidades humanas.

A COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS

A Comunidade Chão de Estrelas, estudada neste trabalho, situa-se no Bairro de Campina do Barreto, na Cidade do Recife, no Estado de Pernambuco e pertence à Região Político-Administrativa (RPA 2), sendo a que apresenta o quadro de maior gravidade, com 32,47% de suas áreas classificadas em estado crítico, apresentando, ainda, a pior situação (36,23%) (Araújo, 2000, p. 7). A Comunidade Chão de Estrelas possui cerca de 6.269 habitantes (IBGE - Censo 2000).

Atualmente, Chão de Estrelas registra grande crescimento em relação a vinte e quatro anos, crescimento este que não significa desenvolvimento. Hoje as lideranças se multiplicaram, várias instituições com diferentes perfis de atuação estão instaladas na comunidade e o número de residências também registrou um grande aumento. Serviços de saúde, educação e saneamento básico também aumentaram ao longo do tempo dentro da comunidade.

Existe um número grande de instituições em Chão de Estrelas: ONGs, Organizações Comunitárias, Religiosas, além de diversos membros representantes de Conselhos Municipais. Segundo dados não exatos, informados por alguns entrevistados, há aproximadamente 24 instituições instaladas na comunidade, porém segundo os mesmos, nem todas funcionam efetivamente, algumas só existem no papel.

Renda familiar

A maioria dos entrevistados (88,5%) vive em famílias cuja renda não ultrapassa dois salários mínimos. As famílias que sobrevivem com até um salário mínimo representam 46,1%. Estes dados evidenciam o grau de pobreza que abrange significativa parcela da comunidade.

Existe certa homogeneidade nos aspectos sócio-econômicos entre os moradores, retratando uma típica comunidade com várias necessidades sociais e econômicas, o que se percebe na média salarial por residência, de R\$ 327,00.

DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CHÃO DE ESTRELAS

Partindo da concepção de desenvolvimento local, percebemos claramente, em algumas

das entrevistas realizadas com os representantes das organizações, que há uma falta de conhecimento sobre o que seria uma ação de desenvolvimento local que atingisse toda a comunidade ou pelo menos uma grande parte dela, principalmente sobre aquelas ações que desenvolveriam as potencialidades da comunidade e promovessem o empoderamento dos moradores. A maioria das ações citadas pelos entrevistados foram centralizadas em alguns aspectos como segurança, projetos para os jovens, linhas de ônibus, pavimentação de ruas, distribuição de alguns benefícios materiais (assistencialismo), ou mesmo recurso a órgãos públicos para resolver os problemas e, ainda, projetos de cunho cultural.

Porém, alguns representantes das instituições se referiram às ações que remetem à concepção de desenvolvimento local, inclusive citando exemplos de algumas ações, remetendo também à importância da participação da população na seleção dos problemas a serem atacados.

Existem vários fatores que dificultam a execução de projetos de desenvolvimento local, citados por todos os entrevistados:

Baixa participação da população: as organizações marcam reuniões com os moradores para definirem propostas de ações e de reivindicações e não há participação da população. Esta foi uma reclamação geral, percebendo-se que assim as possíveis ações perdem força. Segundo os entrevistados, as reuniões acabam sendo sempre com as mesmas pessoas, ou seja, as lideranças comunitárias.

Descrédito nas ações públicas: entre os moradores existe um grande descrédito com relação aos projetos do governo, e isto leva a uma fraca participação em possíveis reivindicações.

Violência: para os entrevistados a violência é fator inibidor da participação em reuniões, e, conseqüentemente, inviabiliza qualquer processo de organização em torno de possíveis reivindicações e participação nos projetos. Há uma sensação de esquecimento por parte da polícia e do Estado ou, como verbalizado por um dos entrevistados, “*Desamparo, medo, sensação de caos*”.

Isolamento das organizações: foi unânime a afirmação de que as organizações existentes na comunidade trabalham de forma isolada, “cada um puxando a brasa para sua sardinha”, o que explica porque muitas vezes projetos deixam de ser realizados.

O grande número de organizações existentes: foi unânime entre os entrevistados que o grande número de organizações que existem na comunidade prejudica a consecução de projetos de desenvolvimento local, pelo menos neste momento em que não há união entre as mesmas.

As instituições religiosas: alguns entrevistados mencionaram que algumas instituições religiosas trabalham centralizando seus projetos e agem isoladamente o que torna os mesmos de curto alcance, além de seus objetivos serem quase sempre de cunho assistencialista.

A educação: a comunidade apresenta um baixo índice de educação escolar, o que para os entrevistados dificulta as tentativas de organização em torno de novos projetos, devido, muitas vezes, à incompreensão dos mesmos. Ainda afirmam que as escolas públicas existentes na comunidade deixam a desejar quanto ao nível de ensino, o que leva descrédito aos jovens estudantes quanto ao suporte que elas poderiam oferecer a seus projetos de futuro.

A pobreza: as respostas levaram à percepção da existência de uma acomodação, devido ao descrédito em possíveis melhoras na qualidade de vida entre os moradores, principalmente os da “favela”. Isto leva à dificuldade de organização em torno de problemas coletivos, acarretando a criação de estratégias de sobrevivência, como apoio de familiares, projetos de assistência do governo e projetos assistencialistas das organizações e religiões.

Assim, prevalece certa resignação e conformismo, criando formas de lidar com as restrições, às quais chamamos acima de estratégias de sobrevivência.

Os trabalhos de cunho cultural: foi afirmada a grande importância positiva das atividades desenvolvidas na área cultural na comunidade, porém houve algumas considerações a respeito da continuidade da formação dos jovens, quer dizer, os jovens participam dos grupos culturais e quando alcançam certa idade, precisam sair e, nesse momento, muitas vezes não obtiveram alguma formação de preparo para o trabalho, resultando que poucos conseguem

ganhar a vida com a continuidade dos mesmos.

A força da exclusão social: há uma nítida percepção nas entrevistas, tanto das lideranças (6) quanto dos moradores (458), da aceitação da situação de exclusão com relação ao que existe fora da comunidade, tanto a nível municipal como nacional e internacional. Talvez isto acarrete o alto sentimento de pertencimento ao local, fazendo com que haja um convívio intenso entre vizinhos e parentes, o que explicaria a formação das redes egocentradas. Há um sentimento de que vivem à margem da sociedade, revelando o sentimento de exclusão que permeia outras esferas além da geográfica.

Nota-se claramente uma delegação de responsabilidade por parte dos moradores para as organizações, na expectativa de que as mesmas os protejam e os incluam na sociedade, expressando uma sensação de passividade, da espera constante de que *“eles vão fazer alguma coisa”*. Tal postura se materializa na baixa participação da comunidade nas organizações, as pessoas assumem muito mais o papel de recebedores do que de conquistadores, se restringindo ao uso dos serviços oferecidos.

As lutas pela moradia e as divergências atuais entre as organizações: desenvolvimento local se faz com parcerias e trabalho em conjunto. Esta definição é “consenso” entre diversos teóricos e instituições que realizam este tipo de empreendimento. Chão de Estrelas nasceu a partir da luta dos moradores em conjunto com as lideranças locais da época para conquistar o direito ao espaço e às moradias, ficando mesmo conhecida por estas conquistas. Entretanto, a partir destas primeiras mobilizações apareceram diversas lideranças e com isto novas instituições.

Assim, a fragmentação do campo das lideranças em Chão de Estrelas e a criação de uma multiplicidade de organizações fizeram com que houvesse uma dispersão nos objetivos coletivos comuns e cada qual busca desenvolver seus próprios projetos.

As organizações e o apoio financeiro externo à comunidade: foi percebida, nas entrevistas, uma diminuição substancial de pessoas participando voluntariamente nas organizações da comunidade, tal participação sendo mesmo, na maioria delas, resumida à diretoria que, por sua vez, é composta por pouco membros, chegando no máximo a três integrantes. A pesquisa revelou que o apoio financeiro através de instituições nacionais, internacionais e mesmo governamental, saneia as organizações para a realização dos projetos. As ONGs incluem em seus orçamentos a contratação de pessoas para suprir as necessidades do projeto, diminuindo assim a utilização de voluntários. Como os participantes das organizações são na maioria moradores da comunidade, vivenciam os mesmos problemas sociais e econômicos, e tomam a decisão de participarem como contratados dos projetos, já que os mesmos oferecem pagamento para a realização do projeto. É sabido que diretores de ONGs não podem receber pagamento pelo trabalho executado.

PERFIL POLÍTICO-ASSOCIATIVO LOCAL

Perfil Político-Associativo: relação entre moradores

A territorialidade e a densidade demográfica são consideradas, pelos estudiosos da teoria do capital social, variáveis facilitadoras de formas de sociabilidade que conduzem à formação de **redes egocentradas**, isto é, de conjuntos de relações entre as pessoas caracterizadas por laços fortes de natureza espontânea e afetiva, propiciando a formação do chamado estoque de capital social individual, ou seja, de uma fonte de recursos não-públicos de diversos tipos, aos quais se pode recorrer.

Segundo Fontes (2004, p. 17), o conceito de laços fracos e fortes é útil para descrever o tipo de padrão de sociabilidade estabelecido, e também os tipos de recursos passíveis de serem alocados a partir desses laços de sociabilidade ou – o que é o mesmo – o tipo de capital social acumulado.

Os laços fortes são mais funcionais à mobilização de recursos apoiada no dom, na solidariedade ancorada em padrões de distribuição de recursos não facilmente mensuráveis, derivados de relações sociais cuja principal característica é a intensidade dos contatos e a insignificante distância social, separando os interlocutores. São laços que se localizam na esfera privada, como por exemplo, os laços de parentesco e amizade (Fontes, 2004, p. 17).

Durston (2000, in www.dae.ufla.br/biblioteca, 2001), postula a existência de duas formas de capital social: o individual e o coletivo ou comunitário. Ambos podem ser definidos, em parte, por seus efeitos esperados, sendo os dois conceitos igualmente válidos e complementares, porém, heurísticamente diferentes.

O capital social individual manifesta-se principalmente nas relações sociais que tem a pessoa, com conteúdos de confiança e reciprocidade, estendendo-se através de redes egocentradas. Ele se estabelece a partir do crédito que a pessoa tem acumulado, o que lhe possibilita recorrer, em momentos de necessidade, a outras pessoas para as quais tem realizado, de forma direta ou indireta, serviços ou favores em qualquer momento no passado. Este recurso reside não na pessoa mesma, mas nas relações entre pessoas.

Na comunidade analisada, as relações individuais se baseiam na presença de grande número de parentes que integram a vizinhança. Nestas relações, predominam interações do tipo primário, gerando relações caracterizadas pela frequência e intensidade de contatos significativos. As pesquisas qualitativas com a amostra de 448 pessoas mostram a presença de laços fortes na comunidade, o que aparece também no trabalho realizado pelo Prof. Breno Fontes, da Universidade Federal de Pernambuco (2004).

Os atores sociais e suas ações nas redes egocentradas devem ser vistos “como interdependentes e não unidades autônomas” (WASSERMAN, 1994, in Fontes, 2004), ou seja, inseridos em uma rede cujos desenho e características modelam de certa forma seus padrões de sociabilidade, situação que se percebe na comunidade estudada.

Fontes (2004) analisou os indicadores densidade, outdegree³, grau de homofilia⁴ e vazios estruturais⁵, para verificação das redes egocentradas na comunidade, chegando aos seguintes resultados: apresenta um índice de vazio estrutural de 0,2511, um outdegree médio de 6,3450 (para um número máximo de contatos de 9); e um alto índice de homofilia, 0,737 para o sexo masculino e 0,729 para o sexo feminino. O índice de vazio estrutural é baixo, indicando um número importante de relações, que se traduz principalmente em relações de laços fortes. O alto grau de homofilia reflete a tendência das redes egocentradas de apresentarem uma homogeneidade bastante alta em relação ao perfil social de seus membros.

Interessa-nos aqui analisar qual a conexão das redes egocentradas com a participação em projetos para desenvolvimento local, lembrando que a pesquisa qualitativa e quantitativa detectou a existência deste tipo de comunidade.

Perfil Político-Associativo: relação entre moradores e as organizações da comunidade

Na pesquisa realizada com a amostra de 458 moradores, chegou-se ao resultado de que o envolvimento com projetos sociais pode ser considerado limitado, uma vez que a maioria das pessoas (57%) não participa de grupos religiosos ou comunitários, **evidenciando um baixo nível**

³Número total de pontos para os quais o ponto inicial possui linhas direcionadas. Aqui significa a construção de relações maior que a média dos demais atores.

⁴É o grau de similaridade entre indivíduos que se relacionam. Ocorre porque os indivíduos pertencem aos mesmos grupos, aos mesmos círculos sociais, participam do mesmo clube, praticam esportes juntos, ou seja, compartilham os mesmos interesses, crenças ou tem algo em comum que os une. Variável local de nascimento.

⁵O vazio estrutural mede o volume de relações entre os respondentes, a partir da relação entre o número de laços existentes na rede e o número possível de contatos (considerando-se a existência de uma matriz simétrica).

de associativismo.

Ainda foi constatado, nas entrevistas com lideranças religiosas (2), lideranças comunitárias (6) e com os próprios moradores, que muitos entre os que afirmaram participar de algum grupo religioso ou organização, apenas são frequentadores ou usuários dos trabalhos oferecidos por essas entidades, não participando ativamente dos mesmos, seja como voluntários ou remunerados. Na opinião dos mesmos, falta mais interesse da comunidade em buscar trabalhar mais efetivamente junto às instituições da comunidade para a resolução de problemas.

Esta situação foi também visualizada na pesquisa realizada pelo Prof. Breno Fontes (2004, p. 17). Segundo ele, os laços fracos são aqueles que têm por principal característica a mobilização de recursos localizados na esfera pública, formando estoques de capital social cujos recursos alocados são compartilhados por uma comunidade política. É o tipo característico dos processos que estruturam a ação coletiva.

Para este autor (in LIMA, 2003, p. 54), redes sociais são como *“as pontes que ligam os indivíduos às instituições sociais e estruturam suas biografias em inserções sociais que garantem suas identidades”*.

Os estoques de capital social derivados dos laços fracos resultam em uma vitalidade da esfera pública cujos efeitos foram analisados em profundidade por Putnam, tomando por exemplo a Itália.

Estruturas societárias preponderantemente ancoradas em laços fortes resultam em fraca mobilização de recursos ou estoque de capital social originários da esfera pública, tanto no que se refere ao indivíduo quanto à comunidade. (Fontes, 2004, p. 17)

Fontes (2004) mostra que os dados sobre Chão de Estrelas confirmam em parte as hipóteses sobre a relação entre o tipo de laço social estabelecido e a natureza do capital social alocado. Existe uma associação entre mobilização de recursos característicos de padrões de sociabilidade resultantes da ajuda mútua e laços fortes. Importa assinalar que as redes egocentradas dos moradores de Chão de Estrelas são predominantemente estruturadas a partir dos laços fortes (76,21% das pessoas presentes nas redes dos entrevistados masculinos e 74,46% nas dos entrevistados do sexo feminino).

Outro ponto levantado por Fontes (2004, p. 18) diz respeito ao tempo de moradia na comunidade, quanto mais tempo no local maior o número de indivíduos pertencentes nas redes egocentradas e aí ele aponta para outra questão, a de que os que possuem estas características são os que contrariam a posição colocada por Putnam, pois tendem a participar mais ativamente das organizações coletivas; isto fica bastante claro na pesquisa qualitativa que realizamos, na medida em que os líderes das organizações e seus participantes mais diretos, com exceção de um, são os que há mais tempo moram na comunidade e são os mesmos que lutaram por ela desde sua criação, donde podemos concluir que o fator histórico e o sentimento de pertencimento são elementos relevantes na formação dos laços fortes ou fracos e consequentemente na formação das redes através do capital social acumulado no decorrer do tempo.

Relação entre as Instituições da Comunidade

Não há união entre as diversas organizações existentes em prol da comunidade. O que as entrevistas deixaram transparecer é que existe uma separação entre as mesmas, pois não realizam qualquer tipo de projeto juntas.

As próprias instituições religiosas parecem ter seus espaços e fiéis bem definidos, além de não realizarem trabalhos em conjunto.

Ficou evidenciado, na totalidade das entrevistas, a situação de separação entre as organizações. Os principais motivos levantados foram praticamente os mesmos: o personalismo, a busca por recursos e a realização de projetos próprios isoladamente. A expressão mais usada

pelas próprias lideranças para explicar essa situação foi: “Cada um quer puxar a brasa para sua sardinha”.

Durston (2000) coloca que existem comunidades com redes de capital social individual, porém, sem as instituições e sistemas do capital social comunitário e que parece muito improvável que exista o segundo sem o primeiro, o que contraria a idéia de Putnam e reafirma a de Fontes, de que a existência de capital social formado por laços fortes facilitaria a formação de capital social por laços fracos, que se reflete, neste caso, na participação em instituições sociais existentes na comunidade, fato que não conseguimos perceber em Chão de Estrelas. Assim, continuaremos a investigar para tentar entender o que ocorre, visualizando agora as instituições.

Para tentarmos entender esta situação vamos fazer uma abordagem sobre o que chamaremos de **capital social institucional**, que se manifesta em organizações complexas, com conteúdos de cooperação e gestão.

Segundo Durston (2000, in www.dae.ufla.br/biblioteca, 2001), o capital social coletivo ou comunitário refere-se às normas e estruturas que conformam as instituições de cooperação grupal. Reside, não nas relações interpessoais diádicas, mas em sistemas complexos, em suas estruturas normativas, gestoras e sancionadoras. Esta forma particular de capital social abarca o conteúdo informal e formal das instituições que têm como finalidade contribuir para o bem comum.

Ainda segundo o mesmo autor, criar e gerir uma empresa associativa requer, principalmente, confiança e reciprocidade, que estão na relação pessoal próxima, ou seja, no capital social do indivíduo. Com esta colocação podemos ter um primeiro argumento: Chão de Estrelas possui bom grau de homofilia, ou seja, formação de redes egocentradas por laços fortes, mas ela fica limitada a parentes e vizinhança próxima, o que ficou evidente na pesquisa qualitativa com as famílias.

Para Durston (2000), a institucionalidade comunitária é o “viveiro” de líderes que geram os recursos humanos de um grupo para um fim compartilhado. Permite, de um lado, o conhecimento, a interiorização e implementação de normas de conduta em prol do bem social, a resolução social de problemas e conflitos e a aplicação de sanções aos transgressores, tanto formalmente quanto informalmente. Assim, temos um segundo argumento: *o capital social comunitário é a institucionalidade formal e informal, que integra as normas culturais de confiança entre indivíduos, com as práticas de cooperação entre todos os membros de um sistema social. Os aspectos individuais e coletivos se compenetraram (Durston, 2000).*

Por outra parte, os mecanismos pelos quais se produz o capital social comunitário a partir de seus “precursores” abarcam tanto as expectativas de reciprocidade dos indivíduos, como as sanções comunitárias das normas. As instituições geram as normas; estas, por sua vez, orientam o comportamento do indivíduo para fortalecer a instituição como sistema.

Ainda segundo Lima (2004), teríamos a questão da centralidade⁶ das ONGs. Esse autor enfatiza a noção de centralidade como uma posição estratégica que propicia às ONGs um maior poder de captar recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente neste trabalho a complexidade que é realizar projetos de desenvolvimento local em espaços de pobreza em grandes centros urbanos.

A caracterização da comunidade Chão de Estrelas resgatou sua história de lutas pela conquista do local de moradia, permitindo que percebêssemos claramente a união que existia entre os primeiros líderes e moradores, sem o que não teria sido possível chegar onde chegaram. No decorrer do tempo, este ciclo de lutas fez com que surgissem na comunidade novas lideranças que fundaram novas instituições, principalmente, o que é muito importante, a partir de

⁶“a centralidade é (...) a posição de um indivíduo ou grupo em relação aos outros, considerando-se como medida a quantidade de elos que se colocam entre eles” (Fazito, 2002: p. 22, in Lima, 2004, p.62).

divergências nas primeiras associações.

O elevado número de associações, à luz de uma rápida análise, parece ser muito importante para qualquer comunidade, pois poderia se afirmar que a comunidade estaria sendo beneficiada por diversos projetos. Porém, o que acontece em Chão de Estrelas não é isto; ficou evidente, nas entrevistas, que não há trabalho em conjunto entre as mesmas em prol de projetos de desenvolvimento local e, mesmo, que algumas não realizam nenhum tipo de trabalho. Aqui, poderíamos questionar que nem todas as ONGs têm a finalidade de realizar projetos de desenvolvimento local, atuando em outras áreas, o que é legítimo. Mas o que podemos perceber é que em todas as entrevistas as lideranças colocaram a importância deste tipo de projeto e que manifestaram o desejo de realizar este tipo de ação, declarando que, para isto acontecer, seria importante que as instituições se unissem e trabalhassem juntas. Conclui-se, assim, que existem questões internas e institucionais na comunidade que impedem o trabalho em conjunto.

Fica evidente, ainda, que não há Redes Sociais entre as organizações na comunidade Chão de Estrelas, pois não há confiança, regras de reciprocidade e participação em conjunto entre as instituições, ou seja, não há Capital Social entre as instituições que possa ser utilizado.

Apesar da presença de redes egocentradas que são geradas a partir de laços fortes que envolvem a família, parentes próximos e a vizinhança, não parece haver uma maior amplitude destes laços que possa estimular uma união entre todos, ou pelo menos, grande parte dos moradores da comunidade, fato este que geralmente se encontra em regiões rurais.

Outra questão que ficou bastante evidente é a falta de participação ativa dos moradores nas instituições que lá se localizam, ficando os mesmos apenas ao nível da utilização dos benefícios oferecidos pelas mesmas.

Para finalizar, vamos retornar à nossa questão inicial: *“é possível a mobilização ou geração de capital social em espaços de pobreza em grandes centros urbanos para a realização de projetos de desenvolvimento local?”* Na comunidade que estudamos, percebemos que existem algumas formas de Capital Social, principalmente a nível individual, mas elas ainda não se constituem forças capazes de mobilizar a grande maioria dos moradores ou mesmo de os estimularem a uma relação mais nítida e participativa com as instituições. Mais grave ainda é a existência de instituições totalmente isoladas entre si, realizando, quando realizam, trabalhos exclusivos.

É óbvio que não podemos generalizar os resultados obtidos nesta comunidade, mas eles podem servir de pista para trabalhos que objetivam levar desenvolvimento aos espaços de pobreza em grandes centros urbanos e, como vimos, se o desenvolvimento local tem como ingrediente a formação de redes através do capital social, não só interno, mas também externo, verificamos que o **“desenvolvimento local em espaços de pobreza em grandes centros urbanos começa muito antes do Capital Social”**.

REFERÊNCIAS

ATRIA, Raúl; SILES, Marcelo; ARRIAGADA, Irma; ROBIMSON, Lindon J. & WHITERFORD, Scott. (comps.) (2003), *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. University of Michigan Press.

ARAÚJO, Maria do Socorro. *Velhos desafios*. In: <http://www.fundaj.gov.br/tpd>

CAVALCANTI, Clóvis (org). (2002), *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 4ª. ed. São Paulo: Cortez.

DURSTON, J. (2000), *Qué es el capital social comunitario?* CEPAL: Santiago de Chile, Série Políticas Sociales.

_____. (1999), *Construyendo capital social comunitário*. CEPAL: Santiago de Chile, Revista de la CEPAL, nº 69, p.104-118.

FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. (1999), *Redes dos movimentos de bairro da Zona Norte do Recife*. In: FONTES, Breno Augusto Souto-Maior (Org.) *Movimentos Sociais: produção e reprodução do sentido*.

FRANCO, Augusto. (2001). *Capital social*. Instituto de Política. Brasília: Milenium.

_____. *Capital social e desenvolvimento*. In <http://www.aed.org.br>

LIMA, Jacob Carlos. (2003), *A teoria do capital social na análise de políticas públicas*. Revista Política e Trabalho. UFPB.

LIMA, Rogério Alves de. (2004), *Centralidade na rede das ONGs da RMR*. UFPE.

METROPOLE ESTRATÉGICA-Prefeitura Municipal do Recife. (2004), *Estratégia de desenvolvimento da RMR – 2003-2005*. 2002. In <http://www.citiesalliance.org/citiesalliancehomepage.nsf/Attachments/BrazReciAt1>. Acesso em 15 de dezembro.

ONU. (1996), *Declaração sobre O Direito ao Desenvolvimento*.

PUTMAN, Robert. D. (2000), *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Trad. Luiz Alberto Monjardim. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV.

RATTNER, Henrique. (2002), *Prioridade: construir o capital social*. In: <http://www.abdl.org.br>.

SUNKEL Guillermo. (2003), *La pobreza en la ciudad: capital social y políticas públicas*. In *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. University of Michigan Press.